

O CONHECIMENTO LINGUÍSTICO COMO UMA PRÁTICA SOCIAL: uma crítica foucaultiana ao conceito de *sujeito* como *locus* de representações

Giovani Pinto Lírío Júnior²¹³

Resumo: Este texto apresenta um breve comentário acerca do conceito de *linguagem* defendido por Noam Chomsky (1928 -) a partir da problemática do conceito de *discurso* foucaultiano. Utilizaremos para tanto o livro *Natureza humana: justiça vs. poder – o debate entre Chomsky e Foucault*, no qual o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) analisa a teoria inatista chomskyana, lastreada numa epistemologia do *sujeito* como *locus* de representações, a partir dos processos de comunicação em situação de uso, ou seja, o discurso como uma prática social. Parece que essa problemática gira em torno de uma questão central, a saber: Qual é a condição do sujeito na linguagem? Somos *un constructo* de todos os tipos de fatores externos que compõem as nossas atividades coletivas ou apesar de nossas diferenças há algo em comum que poderíamos chamar de *natureza humana*? Esse é o objetivo de nosso trabalho, ou seja, tentaremos esclarecer os fundamentos conceituais dos sistemas epistemológicos utilizados por cada filósofo.

Palavras-chave: Chomsky; Foucault; sujeito; inatismo linguístico; discurso, conhecimento.

Resumen: Este texto presenta un breve comentario sobre el concepto de *lenguaje* defendido por Noam Chomsky (1928 -) a partir de la problemática del concepto de *discurso* foucaultiano. Usaremos el libro *Naturaleza humana: justicia vs. poder – el debate entre Chomsky y Foucault*, en el que el filósofo francés Michel Foucault (1926-1984) analiza la teoría innatista chomskyana, a partir de una epistemología del *sujeto* como *locus* de representaciones, a partir de los procesos de comunicación en situación de uso, es decir, el discurso como práctica social. Parece que esta problemática gira en torno a una cuestión central, a saber: ¿Cuál es la condición del sujeto en el lenguaje? ¿Somos *un constructo* de todo tipo de factores externos que componen nuestras actividades colectivas o, a pesar de nuestras diferencias, hay algo en común que podríamos llamar *naturaleza humana*? Este es el objetivo de nuestro trabajo, es decir,

²¹³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (PPGF/UFS), membro do Grupo de Estudos em Filosofia da Linguagem da UFS (GEFILUFS).

intentaremos esclarecer los fundamentos conceptuales de los sistemas epistemológicos utilizados por cada filósofo.

Palabras clave: Chomsky; Foucault; sujeto; inatismo lingüístico; discurso; saber.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto faremos um breve comentário acerca do conceito de *linguagem* defendido por Noam Chomsky (1928 -) a partir da problemática do conceito de *discurso* foucaultiano. Utilizaremos para tanto o livro *Natureza humana: justiça vs. poder – o debate entre Chomsky e Foucault*, no qual o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) analisa a teoria inatista chomskyana, lastreada numa epistemologia do *sujeito* como *locus* de representações, a partir dos processos de comunicação em situação de uso, ou seja, o discurso como uma prática social. Parece que essa problemática gira em torno de uma questão central, a saber: Qual é a condição do sujeito na linguagem? Somos *um constructo* de todos os tipos de fatores externos que compõem as nossas atividades coletivas ou apesar de nossas diferenças há algo em comum que poderíamos chamar de *natureza humana*, conceito esse que se constituiria principalmente na linguagem, propriedade que melhor define a espécie humana?

O tema desta discussão está no centro da epistemologia contemporânea e talvez seja o principal motivo do conflito existente entre a filosofia Anglo-saxã e Continental. Os argumentos apresentados por Chomsky e Foucault neste livro refletem bem o choque de paradigmas atual sobre a relação entre sujeito e linguagem. Nosso objetivo nesse trabalho é mostrar de maneira muito breve o ponto de partida de ambos filósofos e os fundamentos conceituais que utilizam para a defesa de suas hipóteses.

2 O LUGAR DO SUJEITO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O conceito chomskyano de linguagem é formulado dentro de um contexto em que a problemática principal gira em torno de um sujeito biológico dotado de capacidade linguística inata com propriedades exclusivas à espécie humana. Tal característica, segundo Chomsky, se apresenta como “um problema empírico bem definido” podendo ser representado no fato de uma criança adquirir tão rapidamente o sistema complexo de uma língua a partir de uma experiência linguística com dados muito limitados, sugerindo que o organismo humano é

equipado com “uma estrutura inata” para o aprendizado de línguas, ou seja, uma *gramática universal* com princípios restritivos de variação linguística que fazem parte da *natureza humana* e modelam “a estrutura esquemática geral” das línguas humanas possíveis. Vejamos o que Chomsky nos diz:

Só existe uma explicação possível, que eu preciso apresentar de forma meio esquemática, para esse fenômeno extraordinário, qual seja, a hipótese de que o próprio indivíduo dá enorme contribuição – uma contribuição decisiva, para dizer a verdade – para **a construção da estrutura esquemática geral [forma línguas]**, e provavelmente até mesmo para **o conteúdo específico do conhecimento** que, em última análise, ele deduz dessa experiência extremamente fragmentada e limitada. (CHOMSKY e FOUCAULT, 2014, p. 4, grifo nosso).

Com isso Chomsky está nos dizendo que a mente humana tem não só uma estrutura inata para o aprendizado de línguas, mas também uma base biológica específica para cada tipo de capacidade cognitiva que serve de suporte para as nossas realizações intelectuais, como, por exemplo, um conjunto de princípios inatos para aprendizado de ciência, ou seja, na mente humana existe um leque restrito quanto à categoria de possíveis teorias científicas.

Esta perspectiva internalista restringe a linguagem a fatores de competência e de uso dessas competências pelo sujeito possuidor de uma suposta “linguagem inata”, ou seja, um “conhecimento instintivo” ou, poderíamos dizer, um “esquematismo linguístico inato” constituído de *uma estrutura esquemática restritiva* para a composição da *estrutura geral* das mais diversas línguas e, de um *aparato conceitual*, que lastreia as *categorias cognitivas* presentes na mente humana. Para Chomsky, todo organismo humano traz consigo “um sistema linguístico perfeito” (gramática universal) dotado de um “código de signos inatos” e “princípios cognitivos naturais” responsáveis pelo rápido aprendizado de línguas, pela formação de frases e de construção dos significados em função das sentenças. Em outras palavras, a perspectiva internalista chomskyana restringe o estudo da linguagem ao aspecto estrutural (sentenças gramaticais) e ao lógico-semântico (conteúdo) ao focar o estudo na análise das frases e dos significados.

Desta forma, Chomsky acredita que todo indivíduo humano possui uma base *a priori* de conhecimento linguístico, utilizado inconscientemente a partir de um centro de consciência, que constitui a natureza mental/cognitiva humana e permite a todo indivíduo se constituir como um ser livre e criativo em sua comunidade linguística. Assim, se for possível descrever as redes neurais que dão origem às propriedades da estrutura esquemática restritiva na mente/cérebro, por meio da qual supostamente todo ser humano adquire rapidamente qualquer língua e produz

conhecimento, poderia ser desenvolvida uma teoria matemática da mente, uma teoria que pudesse justificar a estrutura cognitiva humana.

Há uma tentativa por parte de Chomsky de construir sua epistemologia com base no pensamento científico cartesiano, que considera o conhecimento linguístico inato como uma propriedade da mente/cérebro que marca os limites do organismo e nos conduz para o universo da ciência da mente, ao retomar o problema corpo-mente sob a ótica da linguagem, em outras palavras, com base nas relações que a linguagem mantém com o sistema cognitivo, tentando descrever o que René Descartes (1596-1650) não conseguiu, ou seja, explicar de que forma se estabelecem as relações entre a *res cogitans* e a *res extensa*.

Para Foucault o âmbito do problema a que Chomsky se dedica talvez não esteja no dualismo mente-corpo de cunho cartesiano, mas na tentativa de descrever as operações do entendimento humano no estudo acerca da linguagem realizado por Gottfried Leibniz (1646-1716), a saber: a linguagem como espelho do espírito humano. Vejamos o que nos diz Foucault:

Ao contrário, penso que podemos encontrar em Pascal e Leibniz, simultaneamente, algo que está muito mais próximo daquilo que o senhor [Chomsky] está procurando. Em outras palavras, em Pascal e em toda a corrente agostiniana do pensamento cristão podemos encontrar essa ideia de **uma mente recôndita**. Uma mente voltada para sua própria intimidade, **que é tocada por uma espécie de inconsciência** e é capaz de desenvolver suas potencialidades por meio do aprofundamento de eu [...]. Além disso, **o senhor encontrará em Leibniz algo de que certamente gostará: a ideia de que no recôndito da mente está incorporada toda uma teia de relações lógicas que constitui, em certo sentido, o inconsciente racional da consciência, a forma ainda não esclarecida e visível da própria razão**, que o nômade ou o indivíduo desenvolve pouco a pouco, e por meio do qual ele compreende o mundo inteiro. **É aí que eu faria uma pequenina crítica.** (CHOMSKY e FOUCAULT, 2014, p. 17, grifo nosso).

Parece que com essa afirmação Foucault sugeriu a Chomsky que o estudo comparativo das línguas humanas que desenvolveu até 1980, na primeira fase de sua pesquisa (PPG), influenciado pela gramática de Port-Royal, não podia sustentar a hipótese da descoberta da “origem de nossas noções e de nosso conhecimento”, ou seja, não podia alcançar o conhecimento de uma linguagem universal, tal como já havia afirmado Leibniz no século XVII. Segundo o filósofo alemão o estudo comparativo das línguas permite apenas um estudo da história das línguas e suas *equivocidades*, ou seja, as variações linguísticas no tempo que representam a história de nossas necessidades e interesses, mas não as operações do entendimento, por que a primeira linguagem uma vez desenvolvida e falada pelos humanos em uma época remota havia se perdido no curso da história.

Tema já trabalhado por Foucault em *As palavras e as coisas* (1966) quando no desenvolvimento de sua arqueologia afirmou que o pensar humano acerca da linguagem é

sempre *a posteriori*, nunca *a priori*, ou seja, nascemos num “tempo e espaço humanos já institucionalizados” pelas práticas sociais, pelas línguas já constituídas em que o sujeito se insere na comunidade linguística. E quando se tenta pensar sobre a essência do sujeito falante, quando se busca a natureza da linguagem, ou seja, quando se pergunta pela origem da linguagem, nos deparamos sempre com “a possibilidade de uma linguagem já desdobrada, e não o balbucio, a primeira palavra a partir da qual todas as línguas e a própria linguagem se tornaram possíveis” (FOUCAULT, 2007, p. 456). Dito de outra forma, o ser humano em sua finitude não pode ter acesso a sua origem porque é descendente de uma historicidade já constituída.

Para propor uma análise das operações do entendimento humano a atenção deveria ser focada na capacidade mental conferida pela linguagem de usar caracteres e signos para raciocinar, tal como Chomsky realmente se dedicou na segunda fase de sua pesquisa (Princípios e Parâmetros) a partir de 1980, ao propor uma estrutura mental/cerebral formada por módulos cognitivos com funções específicas e suas interfaces, onde se encontraria incorporada “uma teia de relações lógicas e estruturantes”, ou mesmo “um alfabeto dos pensamentos humanos” nos dizeres leibnizianos, que simboliza o inconsciente de uma mente recôndita ainda desconhecida e que marca a característica comum de todo ser humano. Entretanto, mesmo que o foco esteja voltado para o estudo da faculdade de raciocinar no sentido leibniziano, ainda assim, estaríamos inseridos numa perspectiva internalista e não dando a atenção devida aos processos comunicativos complexos que se estabelecem por meio do discurso como uma prática coletiva e que constitui o sujeito na sociedade.

Esta pequena crítica deixa claro a recusa foucaultiana quanto à presença de um sujeito cognoscente ou do primado da consciência na construção do conhecimento. Foucault chama a atenção para um tipo de saber que não depende da consciência individual subjetiva na história ou como essa consciência percebe os fenômenos que ocorrem no mundo, ou seja, o conhecimento não deveria estar associado à percepção de um sujeito que, a partir de um centro de consciência (eu), constrói o conhecimento por meio das relações com os objetos exteriores. Para ele, o conhecimento é um conjunto de *práticas coletivas* resultante das transformações do intelecto na história com suas regras que podem ser registradas e descritas. Como fala o próprio Foucault:

E se a compreensão da relação do sujeito com a verdade fosse apenas um resultado do conhecimento? E se o intelecto fosse uma estrutura complexa, múltipla e não individual, não “sujeita ao sujeito”, que produzisse resultados autênticos? Poder-se-ia, então, apresentar de forma positiva toda essa dimensão que a história da ciência tem recusado; analisar a capacidade produtiva do conhecimento como uma prática

coletiva e, conseqüentemente, substituir os indivíduos e seu “conhecimento” no desenvolvimento de um conhecimento que, num dado momento, funciona de acordo com determinadas regras que podem ser registradas e descritas. (CHOMSKY e FOUCAULT, 2014, p. 20, grifo nosso).

Para Foucault a questão a ser analisada é o fato da preponderância na história da epistemologia da “sobreposição da teoria do conhecimento e do sujeito do conhecimento à história do conhecimento”²¹⁴. Diferentemente de Chomsky o objetivo do filósofo francês é “eliminar o dilema do sujeito cognoscente” na construção do conhecimento. Aqui a abordagem é de outro tipo. Uma abordagem que pense um esquematismo não de cunho biológico e estruturante da natureza humana que capacita o ser humano a ser o sujeito do conhecimento a partir de um conjunto finito de regras inatas com infinitas possibilidades de aplicação na linguagem e na produção de conhecimento, mas uma abordagem que analise os esquematismos dos diversos períodos da construção de conhecimento na história, ou seja, a estrutura do conhecimento com sua *grille* “com suas próprias regras, decisões e limitações” possuindo “sua própria lógica interna, seus parâmetros e becos sem saída, todos levando à modificação do ponto de origem”²¹⁵ em determinado período histórico. Em outras palavras, o conhecimento como transformações do intelecto e “o intelecto como uma soma coletiva de regras que possibilitam que tais e tais conhecimentos sejam produzidos em determinado período”²¹⁶.

Neste sentido, a experiência individual não teria muita relevância para a construção do conhecimento. Na realidade, segundo Foucault, o que existe é a possibilidade de criação e inovação na produção do conhecimento por meio de aplicação de determinado conjunto de regras que definirão a aceitabilidade ou gramaticalidade nas construções linguísticas e o caráter científico na produção científica de uma época. Assim, não seria adequado falar em construções criativas e originais de uma consciência individual subjetiva, seja na linguagem, seja no conhecimento, por que em certa medida nossas ideias e pensamentos são influenciados, mesmo que inconscientemente, pelas regras epistemológicas que caracterizam um dado momento na história.

Assim, devemos ver a linguagem como o lugar constitutivo do sujeito e o discurso como o espaço das relações comunicativas complexas entre os indivíduos na sociedade como constituintes do fenômeno linguístico humano e da atividade de produção do conhecimento, porque pressupõe um ambiente de estudo mais amplo da relação da linguagem com a realidade

²¹⁴ FOUCAULT, 2014, p. 20.

²¹⁵ Ibid, p. 22.

²¹⁶ Ibid, p. 21.

ao considerar também um aspecto de exterioridade, ou seja, a capacidade humana de produção de conhecimento como o resultado de uma relação entre fatores linguísticos e extralinguísticos das práticas sociais. É para este fato que Foucault nos chama a atenção, vejamos:

O ponto em que eu talvez não esteja completamente de acordo como o Sr. Chomsky **é quando ele situa o princípio dessas regulamentações, de certo modo, no interior da mente ou da natureza humana.** Se a questão é saber se essas regras são, de fato, postas em funcionamento pela mente humana, tudo bem; tudo bem, também, se a questão é saber se, por sua vez, o historiador e o linguista podem refletir sobre isso. Também não vejo problema em dizer que essas regras devem permitir que compreendamos aquilo que é falado ou pensado por esses indivíduos. **Mas dizer que essas regulamentações estão conectadas, como condição da existência, à mente humana ou a sua natureza, é algo difícil de aceitar para mim.** Parece-me que antes de chegar a esse ponto – e, seja como for, estou me referindo apenas ao conhecimento –, devemos reinseri-las no âmbito de outras práticas humanas, como a economia, a tecnologia, a política, a sociologia, que podem servir-lhes como condições de formação, de modelos, de lugar, de surgimento etc. **Gostaria de saber por que não se pode descobrir o sistema de regularidade, de limitação – que torna a ciência possível – em outro lugar, mesmo fora da mente humana, nos sistemas sociais, nas relações de produção, na luta de classes etc.** (CHOMSKY e FOUCAULT, 2014, p. 36, grifo nosso).

Foucault critica a tese chomskyana que considera o discurso, ou seja, a vasta e complexa rede de comunicação que se efetiva entre os seres humanos como prática coletiva de produção de conhecimento, apenas como um epifenômeno da linguagem, como um produto de um sujeito cognoscente dotado de capacidades criativas e intelectuais inatas que denotam o primado do sujeito em relação à produção do conhecimento na história. Neste sentido, a crítica foucaultiana é dirigida ao enfoque chomskyano dado a uma espécie de sujeito constituído com uma estrutura linguística orgânica formada por um conjunto de códigos de signos inatos que o tornam capaz de produzir conhecimento em relação direta como a realidade, relação esta do tipo sujeito/objeto, mediada pela estrutura inata da linguagem com seu sistema semântico na mente/cérebro, que, segundo Chomsky, constitui a essência da natureza humana.

O discurso deveria ser visto como uma espécie de elo ou condição para o social que caracteriza o ser humano como ser falante e o lugar no qual se fundam e se produzem as relações intersubjetivas do convívio social por meio da linguagem. Parece que é neste lugar onde Foucault põe sua atenção e seu objeto de estudo, um objeto para além da fala do sujeito e que não pode ser negligenciado. Em outras palavras, o campo simbólico é estruturado pela linguagem e permite não só as falas individuais, mas também as práticas discursivas coletivas e suas regras que organizam nossas trocas simbólicas e pré-organizam as relações das estruturas sociais, tais como: a política, a economia, a sociologia, a tecnologia etc.

Esse campo simbólico presente no indivíduo como participante de uma comunidade linguística, também está além de cada indivíduo, ele é transindividual, onde cada um se

constitui como sujeito e a comunidade se constitui como corpo coletivo, como uma espécie de “inteligência coletiva” que regula nossas práticas sociais, dito de outra forma, o Grande Outro como afirmou Jacques Lacan (1901-1981). Assim sendo, segundo o pensamento de Lacan, poderíamos ver aí duas estruturas das relações humanas em interação, a saber: o campo individual, ou seja, o imaginário do sujeito que permite as individualizações, as imagens que fornecem ao indivíduo uma identidade (eu), uma posição específica no corpo social e, o campo coletivo, ou seja, o campo simbólico da linguagem, das regras, das trocas simbólicas que pré-organizam as estruturas das relações coletivas.

Assim, percebemos que o cerne desta questão em debate se concentra na temática do sujeito. E poderíamos formulá-lo da seguinte forma, a saber: O sujeito cognoscente e sua criatividade são os produtores do conhecimento ou de alguma forma essa criatividade individual, não é tão individual, consciente e criativa, que num processo imperceptível, é de alguma forma influenciada pelas regras do campo simbólico de conhecimento de uma época?

Essas discussões tiveram muita relevância desde o século XIX e início do século XX com os estudos da mente humana realizado por Sigmund Freud (1856-1939). O psiquiatra austríaco criador da psicanálise propôs um descentramento do sujeito na consciência sugerindo haver algo mais profundo e desconhecido na mente que influenciava os comportamentos humanos e se manifestava por meio da linguagem, criando assim, o conceito de sujeito do inconsciente. Uma espécie de mente recôndita ainda desconhecida que se apresenta à consciência de forma inconsciente por meio da linguagem, demonstrando um conhecimento oculto ou uma espécie de não-saber que se desvela à consciência nas práticas discursivas institucionalizadas na sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse debate traz a lume o ponto fundamental de nosso interesse, qual seja, investigar qual a condição do sujeito na linguagem e na produção do conhecimento. Desta forma, as afirmações foucaultianas tocam no cerne da estrutura conceitual em que Chomsky opera a construção de conhecimento e levantam questões epistemológicas cruciais que caracterizam as discussões contemporâneas acerca da origem/produção do conhecimento.

Esse debate realizado em 1971, mas ao mesmo tempo tão atual, representa mais um embate entre os argumentos empiristas e racionalistas na história da filosofia. Enquanto Foucault desenvolve sua estrutura conceitual a partir da relação entre pensamento e realidade,

no sentido de mundo de dados e realidades sensíveis que se conectam e criam estruturas em diversos níveis, institucionalizando os saberes nas práticas coletivas por meio do discurso (linguagem), Chomsky aposta numa *natureza humana universal* num sentido objetivo, constituída de *uma estrutura esquemática restritiva* (gramática universal) para a composição da *estrutura geral* das mais diversas línguas e, de um *aparato conceitual* (ideias inatas), que lastreia as *categorias cognitivas* presentes na mente humana, a partir da qual é construído todo saber humano.

Assim, podemos retomar nesse breve texto as perguntas que fizemos no parágrafo inicial, a saber: O sujeito é realmente consciente no processo de construção do conhecimento? A linguagem é uma estrutura interna ao sujeito ou é um campo simbólico constituído socialmente, externo ao sujeito com suas práticas historicamente institucionalizadas, que regem a inscrição/integração de todo indivíduo ao corpo social? Por fim, qual é a condição do sujeito na linguagem?

4 Referências bibliográficas

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CHOMSKY, Noam e FOUCAULT, Michel. *Natureza humana: justiça vs. poder – o debate entre Chomsky e Foucault*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.